

O último bastião da plutocracia global !

Valérie Bugault entrevistada pela Le Zèbre 2026 – Versão longa

<https://www.youtube.com/watch?v=sngxNXISZDc>

Valérie Bugault agradece o convite do Jornal Le Zèbre e define com precisão o **conceito de Estado Profundo**, intimamente ligado às suas investigações sobre o **império financeiro apátrida**. Este império é uma emanção do antigo **Império Britânico**, de natureza marítima, fundado na supremacia daqueles que controlam o sistema económico global e, em última análise, as Moedas.

A partir de 1913, com a criação da Reserva Federal, este Império deslocou-se para o território Americano, capturando a Política de Os Estados Unidos da América. Não se trata verdadeiramente de um «Império Americano», pois existe uma dissociação clara entre os patriotas Americanos e esta **plutocracia globalista**, que Bugault qualifica de máfia. O Estado Profundo corresponde assim aos defensores do globalismo — no topo, os que puxam os cordelinhos; em baixo, os seus afiliados, controlados pela corrupção, pela cenoura diante do burro (promessas de estatuto social elevado *versus* sistemas de comprometimento e obediência, como o caso Epstein ilustra perfeitamente).

Este sistema mantém o controlo dos territórios através de duas ferramentas principais: o **Parlamentarismo** (organização política) e os **Bancos Centrais** (controlo monetário). Os Bancos Centrais centralizam a questão monetária e financeira, transformando a Moeda — que deveria ser um serviço público, o «sangue» do corpo social — numa arma de guerra. Depois, orientam os recursos para actividades que servem os interesses dos detentores da Moeda e destroem o resto, subvertendo assim a função social original da Moeda, como o facilitar as trocas e permitir o florescimento da sociedade.

Origens e expansão

O fenómeno nasceu na Europa, mais precisamente na **City de Londres**, e não no continente Europeu. Expandiu-se no século XX através de organismos supra-nacionais e internacionais, mantendo sempre um pé na Europa (via *City*, Banco de Pagamentos Internacionais — BSI, que goza quase de um estatuto de Estado e inviolabilidade territorial). Tem usado o Exército (Territorial Britânico) da América como «braço armado — mercenário» (aplicando o princípio da privatização dos lucros e nacionalização dos prejuízos) e transformou a **União Europeia** na sua ponta de lança, e no **último bastião** da plutocracia de vocação universal. A UE nasceu como um projecto de cartelização comercial, desenvolvido sobre as redes de Serviços de Informações da OTAN na Europa do pós-2ª Guerra mundial (*stay-behind*), e representa hoje o terreno onde este modelo se desenvolve mais plenamente.

O papel do Direito e a sua subversão

Valérie Bugault recorda que o conceito de Direito nasceu na Europa continental, com raízes na teorização de São Tomás de Aquino, possuindo uma natureza continental. Este Direito visava a busca da verdade e a realização da justiça, permitindo assim a vida em comum, gerindo as fricções inerentes à convivência humana.

Com o Império Britânico, as grandes descobertas, o Comércio transatlântico e as Companhias das Índias (herdeira da Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602) — a primeira multinacional da História de capital aberto ou *joint-stock company*, com acções negociadas na Bolsa), surgiu um **novo modelo económico** dominado pelos **Banqueiros-comerciantes**. Estes fundiram o poder político e o poder financeiro, capturando o fenómeno político. O terreno estava preparado, Henrique VIII rompeu com Roma, eliminando um contra-poder espiritual e criando a Igreja Anglicana submetida ao poder Real. O **Parlamentarismo** nasceu da Magna Carta, não como um avanço democrático, mas como uma revolta dos grandes senhores feudais contra o Rei (o garante do interesse geral) para obter vantagens fiscais e pecuniárias — uma forma primitiva de plutocracia.

O Direito Inglês evoluiu para um modelo jurisprudencial ao serviço desta nova casta, afastando-se do Direito natural. No continente Europeu, o Parlamentarismo introduziu a produção permanente de leis oportunistas, o **Positivismo jurídico** (hierarquia das normas baseada na forma e não em princípios substantivos) e a multiplicação de direitos categoriais que gradualmente destroem o Direito Comum (Civil) e instauram **a lei do mais forte**. A Revolução Francesa, apesar dos seus princípios, já representava um primeiro desvio. O resultado foi a **subversão completa do Direito**, transformado em instrumento ao serviço da Plutocracia.

A proposta de reconquista do modelo *Révoḷudroït* (renovação e evolução)

Face a este diagnóstico — um território ocupado pela plutocracia institucional, onde o parlamentarismo é incompatível com a verdadeira democracia e com a *res publica* (a Coisa Pública) —, Valérie Bugault defende uma mudança de **paradigma** político, económico e jurídico. É necessário suprimir o Parlamentarismo, reintroduzir contra-poderes e recuperar a noção de **interesse geral** e de bens comuns.

A reconquista passa, em primeiro lugar, pelos Municípios (Eleições municipais). Bugault convida os Franceses, especialmente os jovens, a envolverem-se na vida local. O projecto *Révoḷudroït* assenta em duas pernas:

1. **Colectivos cidadãos** permanentes em torno dos autarcas e conselhos municipais. Estas forças de proposta e de controlo acompanham diariamente a gestão do território (oposto ao voto ocasional nas «urnas funerárias» = símbolo do estatuto político suspenso dos cidadãos).
2. **Grupos de interesse** (re-actualiza as corporações de Ofícios do Antigo Regime, agora alargadas a todas as actividades humanas), para uma organização nacional.

Estes Colectivos Cidadãos são o centro nevrálgico da reconquista territorial e política. O projecto visa uma renovação profunda, a nível político, cultural (reinvestir as pessoas na organização da vida comum), jurídica (re-elaboração de regras de **Direito natural** fundadas no realismo, não na ideologia) e económica. O Estado deve ser redefinido ao serviço da justiça e do interesse geral, com as finalidades das regras a prevalecerem sobre a técnica jurídica abstracta.

Bugault nota que, desde a crise Covid, o projecto ganha ressonância através de múltiplas iniciativas locais, embora mantenha o controlo do fio condutor para evitar desvios.

Em síntese, Valérie Bugault apresenta uma análise histórica e estrutural rigorosa da captura do poder pela finança apátrida e propõe uma via concreta de reconquista a partir da base — os Municípios — para restaurar uma verdadeira Coisa Pública ao serviço do bem comum e da justiça. O texto sublinha a necessidade de recuperar a soberania territorial, monetária e jurídica face ao globalismo.